

# PRESSÃO ALTA



SindSaúde-PR



GESTÃO SEMEANDO E COLHENDO VITÓRIAS

Nº 07 - Junho/2005

CNTSS CUT

## Trabalhadores da saúde vão à luta por salários

Em ato conjunto com os demais servidores público do Paraná, os trabalhadores da saúde foram ao Palácio Iguazu, na manhã de 1º de junho, para exigir do governo a correção da tabela salarial. A mobilização foi convocada pelo Fórum dos Servidores Públicos, do qual o SindSaúde faz parte.

Na manifestação foi cortado um bolo para lembrar os 10 anos sem reajuste nos vencimentos.

Os trabalhadores da saúde pública compareceram em bom número na manifestação. Muito importante foi a participação dos aposentados, pois este é o segmento mais preju-

dicado com o congelamento dos salários.

Os dirigentes sindicais foram recebidos pelo secretário chefe da Casa Civil Caíto Quintana, a quem apresentaram as reivindicações.

À tarde, os representantes das entidades sindicais se dividiram em dois grupos. Um foi à Assembleia Legislativa acompanhar a votação do veto do governador a emendas ao orçamento de 2005. Outro grupo foi à Secretaria da Fazenda pressionar para que o governo destine mais recursos para pagar servidores.

Leia mais na página 3.



Os trabalhadores da saúde marcaram presença no ato conjunto dos servidores

**A mobilização de 1º de junho foi importante para firmar canais de negociação entre servidores e governo. Novas reuniões devem ocorrer nas próximas semanas. Vamos manter a mobilização, pois só com união e luta obteremos mais esta vitória.**

**Luta!**

**Aposentados realizam encontro e levam reivindicações ao governo**

Os servidores aposentados da área da saúde realizaram encontro estadual para debater a questão salarial. Depois levaram suas reivindicações às autoridades.

Leia na página 3

**Vitória!**

**Decisão da Justiça mantém jornada máxima de 30 horas para todos**

O SindSaúde obteve na Justiça decisão favorável à manutenção das jornadas de 20 a 30 horas na saúde pública. A medida beneficia todos os sindicalizados

Leia na página 4

## Congresso SindSaúde já começa a ser preparado

Devido ao grande número de conferências neste ano, o Congresso do SindSaúde foi adiado para março de 2006. A decisão foi tomada na assembléia de 19 de fevereiro, quando a nova diretoria tomou posse.

A organização do congresso já come-

çou. Conheça o temário do Congresso.

- O trabalho na sociedade capitalista
- A saúde dos trabalhadores da saúde
- A aposentadoria para quem já está aposentado e para quem vai se aposentar.
- PCCS da Saúde.



O congresso de 2002 teve grande participação da categoria

## Vamos ocupar nossos espaços nas conferências

Neste ano ocorrerão diversas conferências de interesse direto dos trabalhadores da saúde.

Os trabalhadores da saúde precisam participar, para decidir questões pertinentes à sua vida e ao seu trabalho.

As conferências são espaços que temos denunciarmos o que está errado e propor soluções.

Não podemos ficar calados. Em casos de dúvidas como proceder, procure o SindSaúde que lhe daremos orientação e apoio.

O SindSaúde já iniciou o trabalho de preparação de lideranças para participar das conferências. Já realizou um encontro em março. Realizará outro em junho.

### Anote as informações e participe!

#### Conferências de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

O objetivo é discutir os problemas dos trabalhadores do SUS, como a municipalização, os salários inadequados, falta de condições de trabalho, jornada, etc.

O Conselho Estadual de Saúde orienta para que todos os municípios realizem esta conferência. Nelas, serão escolhidos os de-

legados para a Conferência Estadual, de 4 a 6 de setembro, em Curitiba.

A Conferência Estadual debaterá as questões levantadas nas conferências municipais e elegerá delegados para a Conferência Nacional, de 13 a 16 de novembro, em Brasília.

#### Conferências de Saúde do Trabalhador

Este evento é direcionado para debater questões como acidentes de trabalho, doenças decorrentes do exercício da profissão ou por falta de condições de trabalho. Envolve trabalhadores do SUS e de todas as categorias.

Esta temática é importante porque no Paraná a implantação de uma rede de aten-

ção à saúde do trabalhador está muito atrasada. Não haverá conferências municipais, mas Conferências Macro-regionais e nelas serão escolhidos os participantes da Conferência Estadual, que ocorrerá de 2 a 4 de setembro, em Curitiba. A Conferência Nacional será de 9 a 12 de novembro, em Brasília.

#### Conferências Municipais e Estadual de Saúde

A Conferência Estadual de Saúde será 1º a 4 de dezembro, em Foz do Iguaçu.

Procure descobrir a data da Conferência Municipal na sua cidade ou com a pessoa de referência na Regional de Saúde. Procure saber de todas as informações e se inscreva

Só quem participa da Conferência Municipal pode estar na estadual. Quem participa da estadual pode ir à Conferência Nacional.

A direção sindical quer neste ano novamente superar o recorde de trabalhadores vinculados ao SindSaúde na Conferência Estadual.

## Direção do SindSaúde atua em todo o Estado

Além das mobilizações e inúmeras reuniões com o governo e autoridades estaduais em defesa das jornadas diferenciadas, a direção do SindSaúde já realizou muitas outras atividades neste ano.

A maioria ocorreram nos locais de trabalho, para informar a categoria sobre o andamento das negociações sobre a jornada e outras questões. A direção sindical também promoveu seminários e encontros para debater os demais temas de interesse da categoria.

Veja por onde a direção sindical já andou neste ano para dar continuidade ao trabalho descentralizado. É por isto que as últimas assembléias vem superando o número de participantes.



# Aposentados exigem correção dos vencimentos

Os trabalhadores da saúde aposentados realizaram em 31 de maio seu primeiro Encontro Estadual, no plenário da Assembleia Legislativa. O assunto mais importante foi a necessidade urgente de se corrigir os vencimentos. Eles debateram a situação e decidiram realizar campanha para denunciar à sociedade o descaso do go-

verno com os aposentados.

Os participantes do encontro e a direção do SindSaúde também foram à Casa Civil exigir do secretário Caíto Quintana a correção imediata dos vencimentos. No dia seguinte, eles participaram do ato de 1º de junho e fizeram passeio por Curitiba.

O sindicato propõe três

formas de melhorar os vencimentos. Primeira, pela correção da tabela salarial. Segunda, com o enquadramento correto no quadro de carreira. Terceira, pelo pagamento da GAS aos aposentados.

As duas primeiras reivindicações são para corrigir a discriminação que Lerner fez com os aposentados, e que o atual governo não está dando atenção. Por isto, uma faixa colocada na frente da Assembleia Legislativa dizia "Mudou o governo? Para o aposentado não mudou nada".

A assessoria jurídica apresentou um balanço das medidas tomadas para reaver os direitos dos aposentados. O sindicato já ingressou com ação para assegurar a esses trabalhadores o enquadramento correto no



A luta dos aposentados é prioridade para o sindicato

PCCS, o pagamento dos abonos (que totalizam R\$ 200) e o pagamento da GAS.

O SindSaúde não abre mão de recorrer à Justiça para defender os direitos dos trabalhadores. Mas é fundamental mantermos a luta política constante. Não podemos depender só da Justiça.

Para a direção sindical

a questão dos aposentados é prioridade, junto com a luta pela jornada. Recentemente ocorreram reuniões com os secretários da Administração e do Planejamento para cobrar solução para os aposentados. Para que esta também seja uma prioridade do governo, precisamos continuar insistindo na luta.



Aposentados de todo o Paraná participaram do encontro

## Deputados mantêm vetos para salários

Na sessão de 1º de junho a Assembleia Legislativa manteve dois vetos do governador a emendas do orçamento de 2005, propostas pelo Fórum dos Servidores.

Uma emenda previa a correção dos salários pela

inflação do ano. Outra emenda propunha que o governo usasse o excesso de arrecadação para repor as perdas anteriores.

Como somente 17 deputados se posicionaram contra os vetos, percebe-

mos que a maioria dos parlamentares não tem compromisso com os servidores públicos. Não divulgamos os nomes dos deputados que se posicionaram contra o funcionalismo porque a votação é secreta.

Se os deputados derrubassem os vetos, o governo teria que destinar R\$ 1,1 bilhão para os salários dos servidores. Este é o valor que o Estado arrecadou a além da previsão, segundo cálculos do economista Cid Cordeiro, do Dieese (instituto que assessoria os sindicatos). Este valor permitiria uma reposição de perdas de 18%.

Mesmo assim, o governo não está impedido de

corrigir os salários. A Constituição prevê a reposição anual da inflação na data-base. A nossa, por lei, é 1º

de junho. Por isto, nesse dia fomos cobrar do governador o cumprimento da data-base.

### Lei permite aumento salarial

Para não repor as perdas da inflação, o governo usa a Lei de Responsabilidade Fiscal. Esta lei estabelece que 49% da arrecadação de impostos pode ser destinado a pagar servidores.

Quando Lerner deixou o governo, a folha de pagamento representava 45,5%. Neste ano, se ninguém receber reajuste, o índice será de 45%. Portanto, o governo pode me-

lhorar os vencimentos dos servidores.

Além disto, alguns estados, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, tiram deste cálculo os valores das pensões e aposentadorias. Se o governo do Paraná agisse assim teria mais folga para os salários.

Resta saber se valorizar os servidores e, portanto, o serviço público é prioridade para o governo.

### O que queremos

- **Reajuste salarial** - O índice necessário para repor as perdas desde o governo Lerner ultrapassa a 120%;
- **Concurso público** - É preciso que o Estado contrate servidores para suprir a falta de pessoal;
- **Aposentados** - Recuperação dos vencimentos dos aposentados e pagamento da GAS;
- **GAS** - Que o servidor leve a GAS para sua aposentadoria;
- **Passivo** - Pagamento do passivo trabalhista referente ao atraso na implantação de promoções e progressões;
- **Insalubridade e da periculosidade** - Retorno do pagamento da insalubridade e da periculosidade;
- **Auxílio-alimentação** - Aumento do valor do auxílio-alimentação e sua extensão a quem recebe até 7 salários mínimos;
- **Jornadas** - Manutenção das jornadas de 20 e 30 horas.

## Jornadas

# Vitória na Justiça dá força à luta pelas 20 e 30 horas

Nas últimas semanas conseguimos mais uma importante vitória na luta pelas jornadas diferenciadas de trabalho para a Saúde. A assessoria jurídica do SindSaúde conseguiu na Justiça uma decisão de primeira instância determinando que ninguém deva trabalhar mais de 30 horas, respeitando as jornadas menores previstas em lei.

Esta vitória valoriza a luta que desenvolvemos há muitos anos. A resistência do sindicato e da categoria, a persistência na negociação política e a vitória na Justiça formam um conjun-



Com mobilização aprovamos a Lei que regulamenta a jornada.

to de ações, que é exemplo aos trabalhadores da saúde de todo o Brasil. Reforça a

luta da classe trabalhadora pela redução da jornada de trabalho.

## Boa argumentação assegurou decisão favorável

Tendo em suas mãos uma ação bem fundamentada e analisando o pedido de acordo com a lei, a juíza Renata Marchioro, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, decidiu em favor dos trabalhadores. A ação foi elaborada pelos advogados Denise Agostini e Ricardo Fonseca.

Como a decisão é em primeira instância, todos sabem

que o governo pode recorrer. Pode, inclusive, cassar a medida. Mesmo neste caso, a decisão também não será final. Na verdade, o judiciário igualou as condições entre servidores e o patrão-governo, mostrando que, enquanto não houver decisão final, não tem ganhador ou perdedor.

Isto nos dá força para

continuar resistindo nos locais de trabalho, mantendo nossas jornadas até 30 horas, lutando para que o governo reconheça nosso direito. É desta forma que alcançaremos a vitória final.

E nós, trabalhadores estamos nesse momento ganhando. Devemos comemorar exigir das chefias o respeito à nossa vitória.

**Vamos realizar integralmente nossas jornadas de 20 a 30 horas, cumprindo nosso compromisso com a saúde pública e com os seus usuários.**

## Ação derrotada cria situação difícil

Recentemente um grupo de servidores sofreu derrota na Justiça. Eles contrataram advogado por conta própria, entraram com pedido de liminar para manter a jornada e perderam.

O governo usou essa

derrota para tentar isolar o sindicato. Por conta disto, em 19 de maio a direção sindical passou 3 horas e meia em reunião na Sesa defendendo o não desconto nos salários.

O governo aumentou a

pressão sobre aqueles companheiros que permanecem firmes mantendo sua jornada de direito. Agora, com a vitória do SindSaúde em favor de todos os sindicalizados, o governo não consegue aceitar a derrota.

## Deputados aprovam contrato temporário

Em março, a Assembléia Legislativa aprovou projeto de lei que regulamenta a contratação temporária de servidores. Como funcionários só podem ingressar no serviço público por concurso, há situações emergenciais onde o Estado pode contratar pessoal para trabalhos específicos.

A versão original do projeto incluía entre as situações emergenciais a greve de servidores. Os sindicatos se levantaram contra, porque a greve só ocorre quando o empregado não tem outro re-

curso para obrigar o patrão a negociar. Conseguimos derubar a proposta contra greves.

Pelo projeto aprovado, o contrato temporário é permitido em situações emergenciais, vale por um ano e só pode ser renovado por mais um ano.

A direção sindical avalia que o projeto é desnecessário, pois a constituição estadual já prevê a contratação temporária em situação de calamidade pública. Além disto, não é bom negócio para o trabalhador.

## Requião veta projeto do assédio moral

O projeto de lei que propõe ações para combater o assédio moral no serviço público não resistiu à caneta de Requião. Foi vetado.

O procurador geral do Estado reconheceu o mérito do projeto do deputado Tadeu Veneri e aconselhou o governo a reapresentá-lo na Assembléia Legislativa. Até o mo-

mento, não entrou na pauta.

Os servidores precisam de um apoio legal para se defender do assédio de algumas chefias. Essas situações não são ocasionais. A direção do SindSaúde relatou ao diretor de RH da Sesa diversos casos de claros indícios de assédio moral e solicitou imediatas providências.

## Problemas no reenquadramento

O pessoal que tenta o reenquadramento para cargos de 2º e 3º grau estão enfrentando problemas. O governo não está aceitando os critérios elaborados pela comissão que analisa os pedidos.

Outra questão é a Ação

Direta de Inconstitucionalidade (Adin) da Associação Nacional de Procuradores Estaduais. Isto demonstra que essa luta vai demorar algum tempo, ainda. O SindSaúde continua na defesa desses servidores.